

005

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



III **ENEPCP** ANAIS

GESTÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DA MARICULTURA EM RIO DO FOGO/RN¹

Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho (UFRN)
Winifred Knox (UFRN)

INTRODUÇÃO

A discussão acerca dos espaços rurais compreende aspectos de infraestrutura, população, deslocamentos, e, principalmente, de atividades econômicas. Nessas dinâmicas está inserida a atividade pesqueira, prática comum nos municípios litorâneos, em especial no Rio Grande do Norte. Atualmente, essa atividade é regulamentada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e, conforme o artigo 8º dessa Lei, é praticada de forma autônoma ou em regime de economia familiar, por pescador profissional, com embarcações de pequeno porte e meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria. A pesca no município de Rio do Fogo é majoritariamente realizada por mulheres, as quais se denominam maricultoras por cultivarem, coletarem e beneficiarem algas marinhas.

Essas mulheres praticam uma economia solidária e feminista na medida em que organizam a vida econômica com base na cooperação e solidariedade entre mulheres. A economia solidária, a partir de uma aproximação do viés econômico com o social, sugere novas alternativas para valorização das relações sociais e inclusão das mulheres no mercado. Nessa perspectiva, esse novo sistema econômico proposto é visto como uma construção de sujeitos, sendo possível entender esses processos como um modelo de gestão social (SANTOS, 2009; EIDELWEIN, 2009) É nesse contexto que se insere o presente estudo, considerando a gestão social a partir da economia solidária e feminista como uma possibilidade de incentivo à autonomia das mulheres, este trabalho tem como objetivo compreender a relevância dessa economia no processo de geração de trabalho e renda, bem como na emancipação das mulheres maricultoras de Rio do Fogo.

Para tanto, este trabalho é configurado por uma pesquisa qualitativa, faz uso de um estudo de caso como método de pesquisa e apresenta como recorte territorial o município de Rio do Fogo. A coleta dos dados foi realizada por meio de visitas de campo à entidade de representação das maricultoras de Rio do Fogo – Associação de Maricultoras de Algas Marinhas (AMAR) - e pesquisa bibliográfica sobre a temática do trabalho feminino na pesca e sobre o local da pesquisa. Com o objetivo de compreender como a economia solidária praticada por elas influencia na sua autonomia profissional e social, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a Presidenta da AMAR. A coleta de dados também se deu em rodas de conversa com as mulheres filiadas à associação a fim de entender a importância do trabalho na construção de sua autonomia. Por fim, no tocante à técnica de análise dos dados, foi realizada a análise de conteúdo, com base na investigação dos discursos e identificação das principais temáticas apontadas.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Dessa maneira, o trabalho está dividido, além dessa introdução e das considerações finais, em duas seções. A primeira, intitulada “Gestão social e a autonomia feminina”, na qual será exposta a discussão teórica sobre trabalho e como os elementos da gestão social podem se incorporar às diversas atividades proporcionando cooperativismo e autonomia entre os membros. Em seguida, na seção dois, intitulada “Maricultura e economia solidária em Rio do Fogo/RN”, será analisado o caso das mulheres e o seu trabalho na pesca artesanal na praia de Rio do Fogo, sob a perspectiva da economia solidária.

GESTÃO SOCIAL E A AUTONOMIA FEMININA

A gestão social tem sua origem nas primeiras ações do Estado no âmbito das políticas sociais, envolvendo a assistência às demandas da sociedade, contudo, apenas em 1990, estudos sobre essa nova prática se disseminam no Brasil, com vistas a compreender como esses novos empreendimentos autogeridos incluem os aspectos democráticos e participativos (TENÓRIO, 2005).

É importante frisar, como indica França Filho (2007), que a gestão social não compreende apenas as ações do Estado, como uma demanda da sociedade mas sim como reflexo das ações da própria sociedade organizada. Nessa perspectiva,

[...] o político (enquanto dimensão constitutiva da vida humana associada) não é atribuição exclusiva do estado como instituição. Ou seja, existe uma dinâmica política de auto-organização social, através de diferentes modalidades do fato associativo, cujo papel deve ser valorizado se quisermos apostar numa democratização da sociedade (FRANÇA FILHO, 2007, p.30).

Esse tipo de gestão reforça a relação do governo com a sociedade civil, colaborando para construção de valores democráticos e para adoção de novas formas de organização com base no interesse coletivo, sendo caracterizada como “um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder” (ARAÚJO, 2014, p. 88).

A economia solidária, portanto, surge como uma alternativa de desenvolvimento, norteada pelo conceito de gestão social. Tal conceito e suas diversas denominações, a saber economia social, economia popular, economia do trabalho, economia popular solidária, economia solidária e socioeconomia solidária, compreende uma atividade de iniciativa associativa, que constrói novas relações de trabalho para além da relação hierárquica empregador - trabalhador, voltada para os princípios de organizações autogestionadas, além da posse e tomada de decisões coletiva (SCHWENGBER, 2003).

Segundo Singer (2003), economia solidária é um conceito polissêmico “[...] com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.” (SINGER, 2003, p.116).

Ainda nessa perspectiva de pensar a economia de maneira não tradicional, o conceito de economia feminista aflora, em meados do século XX, com vistas a igualdade de gênero e questionando fenômenos como desigualdade salarial no exercício das mesmas funções, inserção de mulheres em trabalhos precários e o excesso de responsabilidade às mulheres no trabalho doméstico, bem como sua não valorização. Essa corrente teórica abrange pesquisadoras de várias abordagens da teoria econômica, como a institucionalista, pós-keynesiana e a social, para o questionamento das assimetrias de gênero.

A economia feminista é, de maneira geral, um termo recentemente utilizado para pensar novas formas econômicas, através da interdisciplinaridade, utilizando o gênero como categoria analítica e ponderando os impactos econômicos diferenciados entre homens e mulheres, de forma a compreender o olhar do sujeito invisibilizado, como acrescenta Carrasco (2012).

A economia clássica, por sua vez, enfoca o trabalho enquanto mercadoria fundamentado na produção de renda, porém sem a inclusão do trabalho doméstico ou de demais atividades que não produziam renda diretamente no entendimento do sistema econômico global (CARRASCO, 2006). Além disso,

a economia tradicional não contempla em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, vale dizer, a possibilidade de que, no espaço econômico, o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (e, no caso, discriminatório para com as mulheres) como consequência dos distintos papéis sociais que historicamente têm desempenhado (FERNANDEZ, 2018, p.561)

Nesse sentido, aspectos determinados tipicamente femininos, como fatores relacionados à emoção e fragilidade, formam o modelo de papel social que deve ser internalizado e reproduzido pelas mulheres. Como ressalta Bourdieu (2002), tais papéis sociais, por sua vez, são marcados por símbolos presentes desde o nascimento na distinção do “feminino” e do “masculino”, internalizados e reproduzidos por todos e pelas instituições, em especial a família – primeiro espaço de socialização da criança.

Dessa maneira, a naturalização de comportamentos de uma cultura androcêntrica ampara a tendência centrípeta da mulher – voltada para casa/família - e centrífuga do homem – voltada para o espaço público. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios da visão e de divisão sexualizantes.” (BOURDIEU, 2002, p.18). Então, o poder, apontado nas relações do indivíduo com a sociedade e na forma como o indivíduo se apropria das estruturas sociais e as externaliza, manifesta-se nas relações de gênero, criando distinções baseadas no sexo que reverbera em outros aspectos da vida social, como na esfera do trabalho.

Por esse ângulo, objetivando a promoção da visibilidade do trabalho relacionado às mulheres, a economia feminista debate a naturalização das posições econômicas das mulheres e sua exclusão do mundo público, dada a manutenção do poder social masculino nesses espaços. Esse objetivo converge com as principais ideias de adoção da gestão social nas diversas atividades. No âmbito da pesca artesanal, as características da gestão social são observadas nas associações em geral, Colônia de Pescadores e, em especial, na AMAR, pela forma de organização de trabalho coletivo e familiar, da autogestão, da participação dos integrantes no planejamento das ações e na tomada das decisões, da posse coletiva de bens e pelos princípios de sustentabilidade humana e ambiental.

MARICULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RIO DO FOGO/RN

Visando discutir os resultados apreendidos com a pesquisa de campo, é possível observar particularidades na praia de Rio do Fogo/RN, a qual demonstra um contexto de economia feminista, frequentemente invisibilizado. Nas comunidades pesqueiras, o regime de economia familiar prevalece e o modo de vida pesqueiro não pode ser dissociado das práticas produtivas, pois estas são marcadas pela divisão de trabalho cooperativo na unidade familiar. Por sua vez, tradicionalmente, a divisão do trabalho pesqueiro atribui às mulheres as atividades em terra e aos homens, as práticas realizadas no mar, sendo as últimas consideradas as mais importantes no processo, o que corrobora para exploração do homem sobre a mulher (KNOX; FIRME, 2016).

No entanto, a dinâmica da comunidade de Rio do Fogo demonstra a resistência feminina, com a ocupação do espaço produtivo e a capacitação das mulheres na maricultura. O grupo de 11 mulheres, que compõem a AMAR, plantam desde 2005 algas marinhas, da espécie *gracilaria birdiae*, conhecida como “cisco macarrão” e realizam o beneficiamento desse produto para confecção do pó de algas, que é utilizado vários produtos e cosméticos, tais como: sabonete, cocada, mousse, gelatina, biscoito, além da própria alga seca.

É importante ressaltar que boa parte das mulheres atualmente envolvidas não realizavam nenhuma atividade remunerada antes do plantio das algas. 9 das 11 maricultoras são casadas também com pescadores, portanto, o contato com o mar e a pesca era algo rotineiro antes do exercício da profissão pelas mulheres. Contudo, em 2005 um projeto da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura em parceria com o Ministério da Pesca, intitulado Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras, seleciona como público alvo a praia de Rio do Fogo - a partir da Colônia de Pescadores Z3 - para realização de capacitações e oferta dos instrumentos necessários para realização do plantio de macroalgas no mar, como as cordas e canos para formar as balsas. Nesse sentido, a atuação do projeto mobilizou a comunidade e funcionou como um incentivo na construção de autonomia dessas mulheres, como pode ser vista na fala abaixo de uma das entrevistadas:

[...] e eu por curiosidade plantar? plantar no mar? e fui e estou até hoje e não me arrependo. O que mudou na minha vida foi que eu fiquei mais independente, eu era muito dependente do marido, hoje eu não sou. Eu só ia para um canto se ele deixasse e hoje eu quero ir, meto a cara e vou. (ENTREVISTADA 1, 2019).

O trabalho na maricultura é realizado coletivamente, com a divisão dos custos de manutenção dos equipamentos e do lucro obtido com a venda dos produtos. A forma como o trabalho é realizado pelas mulheres demonstra a incorporação de elementos da gestão social à medida que há uma inversão da lógica mercantil, pois os princípios que regem essa economia sobrevaloriza a participação, o bem-estar dos associados e o pertencimento dos membros à sua história local, com foco na melhoria da coletividade. Dessa forma, a rotina das mulheres é baseada nos horários da maré, porém unindo as atividades do mar com as atividades do lar.

[...] se a maré for de oito horas, a gente acorda de cinco para ajeitar café, almoço, para deixar tudo pronto para gente sair. A gente vai de oito, chega de uma, duas horas da tarde. Nós vamos juntas e voltamos juntas. (ENTREVISTADA 1, 2019).

Essa atividade, apesar de atualmente reconhecida pela comunidade, foi alvo de críticas e boicotes por parte dos pescadores no início do projeto, os quais não respeitavam o espaço delimitado pelo IBAMA para plantação das algas pelas mulheres. Tais atitudes reforçam o que aponta a literatura (PAULILO, 2016; MANESCHY et al, 2012; KNOX et al, 2016) sobre a dicotomia do mar como um espaço exclusivamente masculino e a terra como único espaço destinado às mulheres.

eles eram contra o (nosso) trabalho mas aos poucos estamos conquistando, tanto o pescador como a comunidade em si. Primeiro, quando quebrava uma balsa nossa, eles levavam as cordas, os canos, as algas, agora não. Se quebrar qualquer coisa, eles procuram qualquer um para avisar [...] de primeiro, eles jogavam óleo no mar, hoje não joga mais não. (ENTREVISTADA 3, 2019).

Apesar dos impasses, a persistência feminina gerou a compreensão ou tolerância da comunidade, principalmente dos homens, sobre a importância daquela plantação para as famílias e para a comunidade no geral. Dessa maneira, o exercício do trabalho com as algas representou e continua representando um impulso no processo de empoderamento dessa categoria e vêm sendo incentivado pelo poder público estadual, com o projeto Governo Cidadão, o qual financiou, no ano de 2018, a construção da unidade de beneficiamento de algas possibilitando uma maior organização da produção e motivação das maricultoras, as quais almejam fornecer seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O programa Governo Cidadão, anterior RN Sustentável e parte do planejamento do governo do estado do RN, consiste em um conjunto de ações com o objetivo de dinamizar o estado, reduzindo as desigualdades regionais. Nessa perspectiva, o projeto organiza-se em eixos, a saber: 1 - Desenvolvimento Regional Sustentável; 2 - Melhoria dos Serviços Públicos e 3 - Melhoria da Gestão do Setor Público, e conta com o financiamento do Banco Mundial. A atuação do projeto na praia de Rio do Fogo se deu a partir do edital 02 no ano de 2014, no qual as mulheres, a partir do pagamento de uma contrapartida de, aproximadamente, 20% do valor total da obra, conseguiram recursos para construção da sede da AMAR, que teve sua obra finalizada no final do ano de 2018.

A construção dessa sede representa um impulso para realização da atividade das mulheres pois antes parte do dinheiro arrecadado com as algas era destinado para o pagamento de aluguel. Hoje, com um espaço próprio, as mulheres conseguem organizar melhor a produção e o estoque, o que influencia diretamente na autonomia financeira de cada uma, como pode ser visto no discurso abaixo:

[...] quando eu to trabalhando, tenho meu próprio dinheiro, não tenho que tá pedindo. Me tornou outra pessoa. Ajudo dentro de casa quando to trabalhando, não estou ajudando agora pois estamos paradas, mas quando a gente ta trabalhando, o dinheiro que a gente ganha dá para ajudar dentro de casa. (ENTREVISTADA 2, 2019).

Assim, o reconhecimento dos papéis assumidos pelas mulheres pescadoras/maricultoras em casa, no trabalho e na esfera da comunidade, tendo em vista essa recente identificação social, tem mostrado conferir ao gênero feminino a perspectiva de cooperação social, o que influencia na mobilização da comunidade e, conseqüentemente, reflete no desempenho das instituições locais (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012).

Apesar de, nesse trabalho, fazermos referência à atividade feminina na maricultura em Rio do Fogo como uma economia feminista, é importante ressaltar a multiplicidade de sentidos do termo feminismo e da resignificação das identidades assumidas ao longo da vida (BUTLER, 2003), o que, dado o andamento desse estudo, ainda não possibilitou a conclusão de como essas mulheres se enxergam e denominam o que fazem, contudo, é notória a presença de práticas de cooperação entre mulheres, em busca do fortalecimento dessa categoria, possibilitando a reflexão do feminismo para além do discurso mas como algo presente nas práticas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de trabalho femininas na pesca artesanal, de maneira mais específica, da maricultura no caso empírico de Rio do Fogo/RN, são estabelecidas com base da cooperação entre mulheres e famílias, as quais incorporam elementos da gestão social na sustentabilidade e coletividade. Por se tratar de uma comunidade tradicional, a praia de Rio do Fogo apresenta características peculiares no seu modo de vida, no qual se destaca a relação da rotina estabelecida pelo horário do mar. Apesar do universo simbólico construído na relação mar e terra de divisão do trabalho, é notória que a apropriação das mulheres do espaço marítimo proporciona além de mudanças simbólicas, o exercício de um novo trabalho e a reestruturação da antiga divisão das atividades na família.

Baseado no exposto, é possível aferir uma modificação nas estruturas familiares com a possibilidade de uma renda própria das mulheres, o que garante uma maior autonomia financeira para essa categoria e proporciona a inclusão da mulher no espaço público. Ademais, é notório o processo de empoderamento e valorização das mulheres maricultoras, com a fundação de uma associação de mulheres e a execução da proposta de uma economia feminista e solidária em um contexto de marcada divisão sexual do trabalho, o qual desvaloriza e subrepresenta as atividades femininas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. T.. Gestão social. In: BOULLOSA, R. (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
- BOURDIEU, P.. A dominação masculina. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, J.. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARRASCO, C. Economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Vara, M. J. (Coord.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal, 2006.
- CARRASCO, C. Estatísticas sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. SOF: São Paulo, 2012.
- EIDELWEIN, K. Gestão social: a economia solidária como possibilidade de modelo. JURIS-Revista da Faculdade de Direito, v. 14, p. 41-54, 2009.
- FERNANDEZ, B. P. M. et al. Economia Feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. Brazilian Journal of Political Economy, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.
- FRANÇA-FILHO, G. Definindo Gestão Social. Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2007.
- KNOX, W; FIRME, R. M.T ransparências do feminino: Viabilizando pescadoras no ES. Revista Gênero, v. 16.2, 2016.
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 713-737, 2012.
- PAULILO, M. I. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.
- SANTOS, G. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. Cadernos Feministas de Economia e Política, v. 5, p. 69-90, 2009.
- SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCHWENGBER, A. M. Economia solidária—de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres, p. 117, 2003.
- TENÓRIO, F. G.. (Re) visitando o conceito de gestão social. Desenvolvimento em questão, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.